

# Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad e empresários negociam mudança em julgamentos no Carf ..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuintes perdem teses bilionárias no Carf com volta do voto de qualidade ..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fisco isenta empresas de multas ..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Riscos fiscais (Artigo) ..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Lula enfrentará Congresso mais resistente a ideias do governo ..... 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Auxílio: governo Bolsonaro foi alertado de falha ..... 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo prega diálogo com a oposição ..... 10

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Líderes priorizam reforma tributaria ..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo comemora resultado e diz que placar não reflete base ..... 13

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula usa máquina em favor de Pacheco, que derrota bolsonarista no Senado ..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira é reeleito na Câmara com apoio recorde ..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira e Pacheco reeleitos: qual o impacto para o governo Lula? ..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Comunicado deve mudar projeções para Selic" ..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

BC sobe tom e alerta para piora nas expectativas de inflação ..... 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO  
SERVIDOR PÚBLICO

A Europa no limite ..... 25

---

Quinta-Feira, 2 de Fevereiro de 2023

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação da indústria fecha o ano em 3,13% e é a menor desde 2016.....28

# Haddad e empresários negociam mudança em julgamentos no Carf

**ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, recebeu ontem proposta feita por grandes empresas e bancos para regular o chamado voto de qualidade nos casos de empate no **Carf**, o tribunal administrativo que julga os recursos dos contribuintes contra autuações de cobrança de **impostos** feitas pela **Receita Federal**.

Fontes da área econômica afirmaram ao Estadão que são boas as chances de o ministro aceitar o acordo, como forma de garantir a entrada de recursos no caixa do governo num prazo razoável e com menor judicialização.

O voto de qualidade é usado quando há empate. Ele tinha sido eliminado pelo Congresso em abril de 2020. Até então, com o voto de qualidade, os presidentes das turmas de julgamento do **Carf**, indicados pela Fazenda, desempatavam os julgamentos.

Com o fim da prerrogativa, as disputas passaram a ser resolvidas sempre favoravelmente aos contribuintes.

Pela proposta - levada pelo presidente do conselho da Esfera Brasil, João Camargo -, em caso de empate, as multas e os juros cairiam, ou seja, não precisariam ser pagos, restando apenas o principal da dívida.

A eliminação dos juros e multas seria um incentivo para que as empresas não recorram depois do **Carf** ao Judiciário.

Ainda pela proposta inicial, no julgamento de um caso de empate que tenha restado o principal do tributo, haveria um prazo de 180 dias para uma transação entre Fisco e contribuinte.

A ideia é que, após o julgamento que deu empate, o governo federal e contribuintes se reúnam para uma tentativa de acordo em relação ao valor do principal da dívida. Mas a equipe econômica propôs um prazo menor inicialmente de duas semanas e depois de 30 dias. Em contrapartida, os empresários falaram num prazo de no mínimo 90 dias para as empresas. Haddad não bateu o martelo.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Contribuintes perdem teses bilionárias no Carf com volta do voto de qualidade



Gisele Bossa: derrotas no Carf com voto de qualidade eram previstas

## Beatriz Olivon De Brasília

A Fazenda Nacional conseguiu ontem, no primeiro dia de sessões no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, começar a reverter em pelo menos duas teses a jurisprudência até então favorável ao contribuinte. Em julgamentos sobre tributação de lucros no exterior e trava de 30% para amortização de prejuízos foi aplicado o voto de qualidade - o voto de desempate pelo presidente da turma julgadora, representante do Fisco.

Também era muito aguardada a manifestação da Câmara Superior nos processos sobre ágio, mas nenhum foi concluído com análise do mérito. Considerando apenas os casos em que o mérito foi julgado, a Fazenda Nacional venceu seis de oito julgados. Em alguns foram analisadas apenas questões pontuais, como a concomitância de multas-que foi autorizada - e a data de conversão em reais de prejuízos apurados no exterior por filial.

A primeira tese revertida, referente a tributação de lucros no exterior, tem impacto bilionário para diversas companhias abertas. Os primeiros julgados envolviam a Petrobras e a Transpetro. Os casos da petroleira julgados ontem somam R\$ 5,7 bilhões.

Nas autuações fiscais, a **Receita Federal** alega falta de recolhimento de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL,

indicando que devem ser tributados lucros auferidos por empresas estrangeiras coligadas/controladas quando da sua contabilização na matriz sediada no Brasil.

A Petrobras alegou, em sua defesa, que não é possível a tributação dos lucros auferidos por empresas sediadas em países com os quais foram firmados tratados contra a dupla tributação de renda, como é o caso da Holanda. E acrescentou que, nos últimos anos, o **Carf** julgou a tese a favor dos contribuintes, inclusive em casos envolvendo aquele país.

Presidente da 1ª Turma, Fernando Brasil de Oliveira Pinto, representante da Fazenda, negou ontem o pedido da Petrobras de não aplicação da Medida Provisória nº 1.160, que trouxe de volta o voto de qualidade. No mérito, ele já havia votado anteriormente contra a companhia.

Ontem, o julgamento foi retomado com o voto-vista do conselheiro Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, representante da Fazenda, que também votou contra a Petrobras. Com a divisão entre representantes dos contribuintes e da Fazenda, foi aplicado o voto de qualidade.

Em nota ao mercado, a Petrobras informou que a expectativa de perda dessa contingência era considerada possível, sendo objeto de nota explicativa nas demonstrações financeiras, e que a decisão do **Carf** não implica provisionamento em suas demonstrações. No primeiro caso, a Fazenda perdeu só em uma parte do pedido - sobre a data de conversão dos prejuízos no exterior. A companhia pretende "tomar as medidas judiciais cabíveis".

Os contribuintes também perderam por voto de qualidade a discussão da tese conhecida como "trava de 30%", que vinham ganhando com o voto de desempate favorável e, em 2021, até por maioria de votos.

A chamada "trava de 30%" é o limite anual de prejuízo que pode ser abatido do cálculo dos **tributos** federais que incidem sobre o lucro. O limite foi fixado pelas leis nº 8.981 e nº 9.065, ambas de 1995. Antes todo o prejuízo podia ser deduzido.

Um dos julgados na 1ª Turma da Câmara Superior envolvia a Fratelli Vita Bebidas. A empresa, no julgamento, pediu a aplicação do entendimento do **Carf** de 2020 e 2021, o que foi negado.

A relatora, conselheira Livia De Carli Germano, representante dos contribuintes, disse que até 2009 a matéria era pacífica, depois passou a ser julgada com voto de qualidade contra as empresas. Com a mudança no desempate em 2020, acrescentou, voltou a ser favorável ao contribuinte. "Essa turma chegou a julgar por maioria essa questão", disse.

A conselheira destacou que as decisões de turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) não vinculam o **Carf**-que só é obrigado a seguir repetitivo (a palavra final do STJ sobre o tema). "Enquanto essa questão ainda não é vinculante podemos colocar nosso entendimento aqui. Julgo assim desde que entrei no **Carf** em 2015. Coloco aqui meu protesto de terem dito que nós estamos julgando de forma contrária ao STJ." Já a conselheira Edeli Pereira Bessa, representante da Fazenda, afirmou que as decisões do STJ sobre a tese não são vinculantes, mas que é o entendimento de todos os ministros do STJ em decisões de turma.

Ontem, as empresas venceram dois julgados. Um deles tratava de parte da tese que a Fazenda perdeu no caso da Petrobras - a data de conversão dos prejuízos apurados no exterior por filial. O outro caso era um processo da Votorantim (de valor desconhecido) que tratava de lucros no exterior, mas de um aspecto anterior ao da discussão de tratados.

No início da sessão, o presidente da Turma, conselheiro Fernando Brasil de Oliveira Pinto, afirmou que passou a última semana respondendo a pedidos de retirada de pauta. Em alguns, ele identificou que havia motivação razoável para a alteração.

Ainda segundo o presidente, dos 58 processos na pauta, 17 eram retornos de pedido de vista e 35 já haviam sido pautados antes e havia pedido dos patronos pra voltar para sessão virtual. Havia apenas cinco processos novos. Os julgamentos desta semana serão realizados até sexta-feira.

De acordo com a advogada Gisele Bossa, do Demarest Advogados e ex-conselheira, que acompanhou os julgamentos no órgão, a sessão correu dentro do esperado: com aplicação do voto de qualidade e decisões contrárias sobre a tributação de controladas no exterior e manutenção das glosas de compensação indevida de prejuízo na sucessão/incorporação (trava de 30%).

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE

Contribuintes perdem teses bilionárias no **Carf** com volta do voto de qualidade

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187449>

# Fisco isenta empresas de multas

*Arthur Rosa De São Paulo*

A **Receita Federal** regulamentou a possibilidade de contribuintes confessarem dívidas durante uma fiscalização fiscal, antes da expedição do auto de infração. A medida permite que os **tributos** devidos sejam pagos sem a incidência das multas de mora (20%) e de ofício (75%) - apenas acrescido dos juros de mora.

O benefício está previsto na Instrução Normativa (IN) nº 2130. A norma regulamenta a autorregularização de débitos tributários estabelecida pelo artigo 3º da Medida Provisória (MP) nº 1.160, de 12 de janeiro, que trouxe de volta o voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

Pela IN, essa espécie de denúncia espontânea vale para fiscalizações iniciadas até o dia 12 de janeiro. Os procedimentos de adesão e recolhimentos de **tributos** devem ser feitos até 30 de abril. O benefício não vale para empresas no Simples Nacional.

Normalmente, explica o consultor Douglas Campanini, da Athros Auditoria e Consultoria, a denúncia espontânea para recolhimento de **tributos** só pode ser feita antes de uma fiscalização. E, nessa situação, acrescenta, o contribuinte deve pagar o que deve acrescido de juros, mas sem recolher a multa de mora - que pode chegar a 20%.

A medida, segundo especialistas, é benéfica. Mas Hugo Reis Dias, sócio no dcom Advogados, chama a atenção, porém, de um ponto que pode ser judicializado: a vedação às micro e pequenas empresas. "A vedação não é tratada na MP. Temos uma possível violação à legalidade", diz.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187449>

## Riscos fiscais (Artigo)

**Everardo Maciel Consultor tributário, foi secretário da Receita Federal (1995-2002)**

A percepção dos elevados riscos fiscais no Brasil foi, certamente, a motivação para que fosse editado um pacote tributário visando ao aumento de arrecadação, logo após a posse do atual governo federal.

Assim, foram oferecidas generosas condições para o pagamento de dívidas tributárias, abrangendo anistias e parcelamentos.

É certo que esse perdão parcial repercutirá positivamente no aumento da arrecadação, embora não se possa dimensioná-lo, porque condicionado à adesão dos devedores.

Acostumados à reedição de iniciativas do gênero, devedores podem interpretar que o próximo perdão será mais pródigo.

Independentemente dos resultados arrecadatários, a medida constitui um mau exemplo para aqueles que cumprem rigorosamente suas obrigações fiscais. Esses poderão vir a entender que a inadimplência compensa. Melhor teria sido explorar alternativas que não implicassem danos colaterais.

A composição dos órgãos do contencioso administrativo fiscal, no Brasil, está assentada no princípio da paridade de representação do Fisco e dos contribuintes.

Um órgão de deliberação com um número par de membros encerra sempre a hipótese de empate, mormente quando há paridade na representação, como naquele contencioso.

É nesse contexto que foi instituído o voto de qualidade no âmbito federal, conferindo-se essa prerrogativa invariavelmente a um representante do Fisco.

A Lei n.º 13.988, de 2020, extinguiu o voto de qualidade e estabeleceu que, em caso de empate, a decisão beneficiaria o contribuinte. A matéria é objeto de questionamento no Supremo Tribunal Federal (STF) em ação cujo julgamento ainda não foi concluído.

A Medida Provisória (MP) n.º 1.160, recém-editada, visa a restabelecer o voto de qualidade, revogando a legislação de 2020. A justificativa foi a de que lançamentos estavam sendo desconstituídos em razão

do critério de julgamento, sem levar em conta que a União poderia estar sendo favorecida justamente pelo critério anterior.

Não se discute, portanto, o mérito dos lançamentos, mas o critério de desempate.

Como a norma prevista na MP pode não ser aprovada no Congresso ou vir a ser afastada por decisão judicial, um mesmo tema, em um curto prazo, pode ser objeto de julgamentos administrativos totalmente diversos, em desfavor da segurança jurídica.

Em um órgão deliberativo com número par de membros, o critério de desempate será sempre arbitrário. Por que não se cogitar de um contencioso administrativo fiscal integrado por servidores concursados para a função e com número ímpar de membros, como existe em Pernambuco desde 1978?

Everardo Maciel Consultor tributário, foi secretário da **Receita Federal** (1995-2002)

**Síte:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Lula enfrentará Congresso mais resistente a ideias do governo

Rogério Marinho, senador eleito pelo PL do Rio Grande do Norte, que ganhou notoriedade como secretário especial da **Previdência Social** e do Trabalho e, em seguida, como Ministro do Desenvolvimento Regional, ambos no governo Jair Bolsonaro, agora volta a ter protagonismo no cenário político nacional ao ser lançado como representante do bolsonarismo na disputa pela presidência do Senado, em que foi derrotado por Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Ex-parlamentar do PSB e do PSDB, Marinho tem trajetória de embates com o PT tanto em seu Estado como em âmbito nacional, o que já o credenciava como um senador de oposição. Entretanto, o grau de conflito com o qual esse processo se desenvolveu pode levá-lo à condição de voz da oposição fora da Casa alta, ocupando espaço na disputa dentro da política institucional que até o momento Bolsonaro demons tra ter dificuldade para ocupar.

As disputas para o comando das duas Casas legislativas nacionais foram bem diferentes. Arthur Lira praticamente não teve adversário na Câmara. A candidatura de Chico Alencar, do PSOL, não promoveu qualquer incômodo a sua reeleição. Entretanto, no Senado, Pacheco encontrou um adversário competitivo turbinado pelo bolsonarismo e também pelo próprio Bolsonaro, que, mesmo nos EUA, se mobilizou para pedir votos e, certamente, influenciou na volta de Michelle Bolsonaro ao Brasil a tempo de participar de eventos presenciais de apoio a Marinho.

Com Lira e Pacheco é possível traçar dois prováveis cenários políticos. O primeiro é que o governo não terá obstáculos na tramitação de projetos. Isso não significa que os parlamentares vão apenas homologar os interesses do governo Lula. Mas, frente aos dissensos que certamente estarão presentes nos debates sobre reformas e projetos, vão questionar e emendar propostas em função dos interesses que se fazem representar.

O segundo cenário vale, sobretudo, para o Senado. Marinho, mesmo derrotado, sai credenciado como voz da oposição, algo que não se verifica na Câmara pela natureza da disputa entre Lira, agora tido como aliado de Lula, e Alencar, que também compõe a base do governo. Será saudável para a democracia que a

oposição bolsonarista faça a disputa política pela via institucional e saia de vez da porta dos quartéis, enfraquecendo a ação golpista de grupos que ainda alimentam expectativas fora do jogo democrático.

# Auxílio: governo Bolsonaro foi alertado de falha



Fila do Auxílio Brasil. Incidente em agosto pode ter permitido que pessoas sem direito ao benefício tenham recebido

**PAULA FERREIRA, MANOEL VENTURA E JENIFER GUL ARTE** *economia@oglobo.com.br* **BRASÍLIA**

Documentos internos do Ministério da Cidadania mostram que o governo de Jair Bolsonaro foi alertado, ainda em agosto do ano passado, que o apagão do sistema da pasta (hoje chamada de Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome) "impactou negativamente" a prestação de serviços como o Auxílio Brasil.

Conforme O GLOBO mostrou na edição de quarta-feira, o sistema que compila dados dos programas sociais do governo foi afetado por uma queda de energia elétrica, em agosto. Por conta desse incidente, o sistema passou a funcionar de forma precária até este mês, afetando a análise dos benefícios, de acordo com o atual ministro da pasta, Wellington Dias.

Na prática, isso pode ter permitido que pessoas sem direito ao benefício tenham recebido a transferência de renda, em um período pré-eleitoral. Entre julho e dezembro do ano passado, 4,1 milhões de pessoas foram incluídas no Auxílio Brasil (que o governo Lula voltou a chamar de Bolsa Família).

"Tal incidente gerou múltiplas falhas e indisponibilidades nos serviços e sistemas deste ministério, impactando negativamente, tanto nos processos internos, quanto nos programas sociais de governo destinadas ao cidadão", afirma ofício da coordenação de infra-estrutura da pasta.

**PROBLEMA DETALHADO** Esse ofício relata a falha de fornecimento de energia elétrica ocorrida entre os dias 6 e 7 de agosto de 2022 no data center do Ministério da Cidadania. Outro documento, dirigido aos secretários da pasta, explica que a falha no fornecimento causou "indisponibilidades, instabilidade e lentidão nos acessos aos serviços e sistemas de informação do Ministério da Cidadania".

O sistema funciona como uma espécie de cérebro, que integra as informações encaminhadas pela Caixa Econômica Federal, pela Empresa de Tecnologia e Informações da **Previdência Social** (Dataprev) e pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

Caso a integração não funcione, os filtros que verificam os critérios de elegibilidade das mais de 40 milhões de famílias inscritas no Cadastro Único ficam prejudicados, de acordo com o governo. Dias afirmou que há indício de que inscritos que atendem aos critérios ficaram de fora. Ao mesmo tempo, pode também haver casos de pessoas recebendo os recursos sem atender a esses mesmos critérios.

As informações do sistema, no entanto, não foram perdidas, embora o governo tenha mais dificuldade de consolidá-las. O ministério alega que o funcionamento da ferramenta em condições precárias eleva os riscos de perda de informações, gerando atrasos operacionais, e compromete até mesmo o atendimento de demandas de controle externo.

**MAIS DE 10 ANOS DE USO** Esse sistema era gerido por uma empresa, mas o contrato venceu em junho de 2022 e desde então não há responsável pela manutenção e suporte, de acordo com o governo.

A empresa se recusou a renovar o contrato por conta dos equipamentos, alguns em uso há mais de dez anos. Assim, caberia ao ministério adotar outro sistema ou contratar novos equipamentos.

Procurado, o ministro da Cidadania à época, Ronaldo Bento, não atendeu aos contatos da reportagem. Na edição de quarta-feira, ele negou irregularidades, afirmando que as informações de Wellington Dias "não procedem".

# Governo prega diálogo com a oposição

Ricardo Stuckert/PR



Padilha: "A era de conflito, de guerra entre governo e Congresso, acabou"

**Vinicius Doria**

A reeleição de Arthur Lira (PP-AL) para a presidência da Câmara e de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para o comando do Senado, já esperada pelo Palácio do Planalto, provocou uma sensação de alívio no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Políticos que participaram intensamente das articulações no Congresso para viabilizar a recondução dos presidentes das duas Casas consideram que foi desmontado, ontem, um dos principais focos da crise política pela qual passa o país desde o impeachment da presidente Dilma Rousseff: a divisão do Parlamento entre dois grupos antagônicos, com a captura da maioria pelo projeto de poder do então presidente Jair Bolsonaro (PL).

"A era de conflito, de guerra entre governo e Congresso, acabou. Essa vitória cria um ambiente de diálogo, inclusive, com setores da oposição, para avançarmos nos projetos prioritários", disse o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

Ele fez questão de acompanhar presencialmente a votação no Senado, em que, diferentemente da Câmara, houve disputa entre governistas e opositores ligados ao bolsonarismo. "Quero convidar o candidato derrotado (Rogério Marinho, do PL-RN) a virar a página e a abrir o processo de diálogo. A era de fuzilar a oposição neste país também acabou", complementou Padilha.

Desde que foi eleito, Lula busca unir as forças políticas em torno da estabilidade institucional. Os atos de 8 de janeiro ampliaram o foco para a defesa da democracia. O presidente reconstruiu as pontes do Planalto com o Supremo Tribunal Federal - cujo símbolo foi a caminhada que fez pela Praça dos Três Poderes até a

sede do Judiciário, na noite posterior à tentativa de golpe. Também reuniu, depois de mais de quatro anos, todos os governadores para discutir a agenda prioritária dos estados. Faltava apenas sacramentar a recondução dos presidentes do Poder Legislativo.

Ontem, com Câmara e Senado unidos no pacto não escrito de governabilidade costurado por Lula no período entre a vitória nas eleições e a posse, o Executivo vislumbra um cenário mais estável para dar andamento às pautas consideradas prioritárias neste primeiro ano de mandato: a **reforma tributária**, o novo marco fiscal, ações de combate à fome e a retomada das políticas públicas nas áreas de saúde, educação e moradia.

Mensagem de Lula

A agenda do governo será um dos temas da mensagem que Lula envia, hoje, ao Congresso, na abertura do ano legislativo. O texto será encaminhado ao presidente do Congresso pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT-BA), e contará com um agradecimento à conduta do Parlamento na defesa da democracia após os atos golpistas de 8 de janeiro.

O principal recado será um "convite para que o Congresso esteja junto com o governo federal e com a sociedade para aprovar os projetos que o Brasil tem pressa", antecipou Padilha. A mensagem presidencial vai reforçar a necessidade de se criar um ambiente econômico "de segurança e tranquilidade para quem quer investir no país", segundo o ministro.

Um dos principais articuladores da candidatura derrotada de Marinho, o senador pelo Rio de Janeiro Carlos Portinho (PL) - que deve liderar a oposição a Lula no Senado - adotou um discurso amistoso após a votação. "O mais importante é que a democracia prevalece. Espero que, no país, todos tenham a capacidade de arrefecer, de rever suas posições, e que a gente possa construir um debate de diferenças, mas que represente a vontade da população dentro do campo democrático. A gente tem certeza de que aqui não há golpistas", disse Portinho, na saída do plenário.

Para o presidente do MDB, deputado Baleia Rossi (SP), a base do governo "está robusta". O partido dele cedeu três ministros para o governo Lula, entre eles a ex-senadora Simone Tebet (MDB-MS), atual titular da pasta do Planejamento. "Temos pautas importantes, desafiadoras. A principal é a **reforma tributária**. Temos agora é de entregar (resultados). É o diálogo é

o melhor caminho para a gente buscar a pacificação do país", disse Rossi ao Correio.

# Líderes priorizam reforma tributaria



GUSTAVO LIMA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do governo, José Guimarães diz que proposta de reforma ainda será apresentada

Líderes de partidos na Câmara dos Deputados apontaram a **reforma tributária** como o principal assunto no primeiro ano do mandato que começou ontem, com a posse dos 513 deputados. Atualmente, tramitam no Congresso Nacional diversas propostas nesse sentido.

"O compromisso geral é a **reforma tributária**. Essa será a grande prioridade do primeiro semestre", disse o deputado Bacelar (BA), líder do PV. Segundo ele, essa é uma demanda do governo, já manifestada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), confirmou a prioridade. "O país não pode ter a carga tributária que tem. Nessa hora, não tem oposição e governo, é o Brasil que está em jogo", afirmou. Ele elencou ainda como prioridade o novo arcabouço fiscal, que vai substituir a disciplina de teto de gastos. O governo ainda vai apresentar a sua proposta.

Um dos projetos que podem ser aproveitados na discussão da reforma é a Proposta de Emenda à Constituição 45/19, do deputado Baleia Rossi (SP), atual presidente do MDB.

Rossi disse que o debate sobre o assunto está maduro e confia na aprovação na Câmara e no Senado. "Precisamos entregar ao Brasil uma reforma que diminua a carga tributária das empresas e gere emprego e renda", disse.

A PEC 45 foi elaborada pelo Centro de Cidadania

Fiscal, instituição independente que teve como um dos diretores o economista Bernard Appy, hoje secretário especial de **reforma tributária** do Ministério da Fazenda.

Já o deputado Eduardo Bolsonaro (SP), líder da Minoria na Câmara, afirmou que a prioridade do PL será a defesa da liberdade de expressão e do direito de porte de armas.

Ele afirmou que o partido deve apresentar um projeto revogando o decreto do presidente Lula que mudou as regras para a aquisição e o registro de armas de fogo (Decreto 11.366/2023). "O desarmamento já se provou ser uma lei genocida", afirmou.

Outros líderes falaram da necessidade de retomar o diálogo no Congresso após o período eleitoral marcado pela polarização política. O deputado Alex Manente (SP), que lidera o Cidadania, afirmou que o momento é de equilibrar o país. "Precisamos fazer com que essa polarização diminua, que nós todos aqui não temos lado A, B ou C, nós temos o Brasil", disse. A líder do PCdoB, deputada Jandira Feghali (RJ), também defendeu o retorno ao diálogo.

"Precisamos superar essa tentativa de manter o país polarizado. Vamos conseguir uma coisa que é muito importante para o Brasil, que é o diálogo entre o Estado e a sociedade brasileira. E estabilizar a relação entre os Poderes, que foi completamente fraturada", afirmou.

O deputado Paulo Teixeira (PT-SP) também fez coro com os líderes. Ele afirmou que a democracia sobreviveu aos ataques de 8 de janeiro - quando os prédios da Câmara e do Senado foram depredados - e agora precisa ser cuidada. Teixeira é um dos oito deputados eleitos que se tornaram ministros do governo Lula - a pasta dele é a do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/02/02/2023/p1>

# Governo comemora resultado e diz que placar não reflete base

**Marianna Holanda, TO, Thiago Resende, CS, João Gabriel, Renato Machado, Ranier Bragon e JC**

Auxiliares palacianos, parlamentares e aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) comemoraram a reeleição de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para o comando do Senado, mas se apressaram para afirmar que o resultado não expressa o tamanho da base governista.

O placar foi especialmente comemorado por aliados de Lula por representar o mesmo número necessário para aprovação de PEC. Eles mencionam como prioridade a **reforma tributária** na casa.

A prioridade do Palácio do Planalto passa pela recuperação econômica, com a **reforma tributária** e o novo marco fiscal; e pelo pacote de projetos propostos pelo Ministério da Justiça para endurecer a legislação contra ataques antidemocráticos. Apesar disso, ministros e líderes do governo tiveram o cuidado de afastar associações entre o número de votos de Pacheco e o tamanho da base.

"Teremos de 52 a 55 votos [na base do governo]", afirmou o senador Rogério Carvalho (PT-SE), cotado para a primeira secretaria da Mesa Diretora, que será decidida nesta quinta-feira (2).

"Não acho que isso [o resultado] impacte a governabilidade", afirmou o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), na mesma linha.

Reservadamente, o governo esperava o placar para medir o tamanho da oposição. Dos 21 senadores eleitos, 7 integraram o governo passado e se tomaram símbolos do bolsonarismo, como a ex-ministra Damares Alves (Re-publicanos-DF).

"Teremos que trabalhar muito", afirmou o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Na oposição, senadores dizem que o resultado não foi o esperado, mas que o bloco sai do pleito fortalecido.

O ex-vice-presidente da República Hamilton Mourão (Republicanos-RS), empossado nesta quarta, afirmou que Pacheco será cobrado pela promessa de que o Senado será "independente".

Já o último líder do governo sob Bolsonaro, Carlos Portinho (PL-RJ), disse que o placar mostra força da base bolsonarista, maior nesta legislatura. "Éramos 23 e viramos 32 [número de votos em Marinho]. Isso mostra uma oposição fortalecida, embora tenha perdido para um governo que tem instrumentos. E perdeu por nove votos", disse.

Portinho ainda afirmou que, após as eleições, as bancadas dos partidos no Senado devem sofrer alterações, à exemplo do próprio PL, que já perdeu uma cadeira às vésperas da votação.

O senador ainda admitiu que, "sem dúvida alguma" a partir de agora, o foco do partido será trabalhar para conseguir a presidência da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

A condução da comissão sob a presidência de Davi Alcolumbre, nos últimos dois anos, foi alvo de críticas do grupo pró-Marinho.

"A ideia que o Rogério Marinho sempre levou - quem sabe o Pacheco possa refletir a respeito, até porque não vai ser fácil governar com 32 do outro lado -, é que se buscasse a proporcionalidade [nas escolhas de comissões e para a mesa dos senadores]. E nesse aspecto o PL teria suas posições na CCJ e outras comissões", afirmou.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50175>**

# Lula usa máquina em favor de Pacheco, que derrota bolsonarista no Senado



Rodrigo Pacheco (à esquerda de Flávio Dino) cumprimenta senadores após resultado; reeleição foi consolidada após atuação do Planalto

**VERA ROSA DANIEL WETERMAN VINICIUS VALFRÉ  
BRASÍLIA**

Em uma disputa acirrada, que levou o Palácio do Planalto à mesa de negociação, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), foi reeleito para novo mandato à frente da Casa no biênio 2023-2024. Com 49 votos, Pacheco derrotou o ex-ministro do governo Jair Bolsonaro Rogério Marinho (PL-RN), que ficou com 32.

Na tentativa de conter dissidências na base aliada e garantir voto em Pacheco, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu ao União Brasil, ao MDB e até ao PSD - que já têm três ministérios cada - diretorias de autarquias, estatais e bancos públicos nos Estados. A estratégia barrou a chegada de um bolsonarista ao comando de um dos três Poderes, já que o presidente do Senado é também o chefe do Congresso.

O triunfo de Pacheco significa uma vitória para o governo, que o apoiou, mas o PT passou por apuros. Marinho contava com o aval do Centrão, do ex-presidente Bolsonaro e chegou a ameaçar o senador mineiro.

O placar da votação também revelou que Lula contará com uma base de sustentação apertada no Senado para aprovar reformas. O grupo de Marinho e até mesmo aqueles que se movimentaram para trair Pacheco mostraram ao Planalto que Lula enfrentará dificuldades para aprovar, por exemplo, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Votações como essa exigem 308 votos na Câmara e 49 no Senado.

Pacheco passou pelo teste político justamente com

esse patamar, oito votos a mais do que o mínimo necessário para vencer no primeiro turno. A poucos metros do Salão Azul do Senado, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), obteve uma vitória acachapante, com 464 votos, reforçando o poder do Centrão (mais informações na página ao lado).

Lula telefonou tanto para Lira como para Pacheco e os cumprimentou. O presidente tentará aprovar ainda neste ano uma **reforma tributária** e uma nova âncora fiscal, duas pautas que dependem de PEC e são consideradas fundamentais para o equilíbrio das contas públicas.

**BARGANHA.** Diante desse cenário, tudo indica que o governo terá de entrar em nova barganha política. Na Câmara, Lula ficará refém do Centrão e deve ter uma oposição forte em um Senado com perfil conservador. Dos 81 senadores, 32 preferiram ir contra Pacheco e o PT.

Até agora, na lista de cargos prometidos pelo governo a aliados nos Estados estão diretorias do Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, superintendências da Sudam, Sudene e Suframa, do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) e até do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). A presidência da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba (Codevasf), conhecida como "estatal do Centrão", deve ficar com o União Brasil.

Na prática, a disputa entre Pacheco e Marinho ganhou contornos de terceiro turno entre Lula e Bolsonaro, principalmente nas redes sociais. O senador Eduardo Girão (Podemos-CE) desistiu do páreo pouco antes da votação e anunciou apoio a Marinho, ex-ministro do Desenvolvimento Regional.

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro desembarcou ontem no Senado para pedir votos em Marinho. Em conversas reservadas, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) também entraram em campo, mas para solicitar respaldo a Pacheco. Estavam preocupados com o ressurgimento de pautas bolsonaristas, caso Marinho ganhasse, como a defesa do impeachment de ministros da Corte e da criação de uma CPI para investigar o que aliados do ex-presidente chamam de "abusos" do Poder Judiciário.

POLARIZAÇÃO. Três semanas depois dos atos golpistas que depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso e o Supremo, a campanha no Senado escancarou o clima de radicalização no País (mais informações na pág. A8). Após ser reeleito, Pacheco pregou a "pacificação", mas ressaltou que isso não significava leniência com vandalismo.

"A polarização tóxica precisa ser erradicada de nosso país. Acontecimentos como os ocorridos aqui neste Congresso Nacional e na Praça dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023, não podem, e não vão, se repetir", discursou o presidente do Senado. "Os brasileiros precisam voltar a divergir civilizadamente, precisam reconhecer com absoluta sobriedade quando derrotados e precisam respeitar a autoridade das instituições públicas." Ao lembrar que foi muito atacado pelo "gabinete do ódio" nas mídias digitais, o presidente do Senado defendeu a regulamentação das redes, sob o argumento de que elas não podem ser "terra sem lei".

Marinho criticou a manutenção do grupo de Pacheco no poder e fez uma referência indireta ao senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e fiador político do presidente do Senado. "Repetir os mesmos métodos e esperar resultados diferentes é, no mínimo, irracional", disse.

"A polarização tóxica precisa ser erradicada"  
"Brasileiros precisam voltar a divergir civilizadamente"  
Rodrigo Pacheco (PSD-MG) Presidente reeleito do Senado

## PLACAR

### Senado



**Rodrigo Pacheco**  
(PSD-MG)

49 votos



**Rogério Marinho**  
(PL-RN)

32

### Câmara



**Arthur Lira**  
(PP-AL)

464 votos



**Chico Alencar**  
(PSOL-RJ)

21



**Marcel van Hattem**  
(NOVO-RS)

19

Em branco

5

DOS 513 DEPUTADOS, 509 VOTARAM

FONTES: SENADO E CÂMARA / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

# Lira é reeleito na Câmara com apoio recorde



Lira: presidente reeleito promete punição a golpistas; três deputados que tomaram posse ontem são investigados por suposta participação nos atos de 8 de janeiro

**Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e João Valadares**

Com apoio recorde desde a redemocratização, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), foi reeleito nessa quarta-feira no primeiro turno com o voto de 464 dos 513 deputados, 90% do plenário, e um bloco formado por 14 dos 16 partidos e federações da Casa. "Hoje é muito mais do que o reinício da reabertura dos trabalhos, mas a prova que Brasil é uma democracia madura", afirmou. Ele prometeu dar celeridade à **reforma tributária**, pediu a pacificação do país e disse que atuará para punir aqueles que tentaram um golpe contra a democracia ao vandalizar a sede dos três Poderes em janeiro.

No discurso após ser reeleito, Lira antecipou um dos pontos que atuará neste mandato, que durará até janeiro de 2025: impedir que decisões monocráticas do Judiciário suspendam leis aprovadas pela maioria do Congresso. "Não dá mais para que as decisões tomadas nessa Casa sejam constantemente judicializadas e aceitas sem sustentação legal", afirmou. Defendeu o Executivo e Judiciário firmes, mas "cada um no seu quadrado". "Não dá mais para usurpar prerrogativas, interferir em decisões amplamente debatidas, votadas e aprovadas", reforçou.

Lira criticou ainda o "populismo fiscal", mas disse que os 513 deputados discutirão juntos formas de melhorar a vida dos brasileiros. "Vi no sertão de Alagoas mulheres e homens cozinhando com lenha devido ao preço excessivo do gás. Também testemunhei em palestras na Faria Lima a defesa da atual política de preços da Petrobras. Esse é o Brasil continental, diverso, mas que precisamos encontrar convergências e soluções que atendam a todos."

O presidente da Câmara prometeu agir para punir

todos aqueles que participaram dos atos golpistas que depredaram o Congresso há menos de um mês, num protesto contra a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). "Esta Casa não acolherá, defenderá ou referendará nenhum ato, discurso ou manifestação que atente contra a democracia. Quem assim atuar, terá a repulsa deste Parlamento, a rejeição do povo brasileiro e os rigores da lei", garantiu. Dos eleitos, pelo menos três deputados são investigados por suposta participação nos atos de janeiro.

Apesar do discurso de Lira, um dos candidatos à presidência da Câmara, o deputado Chico Alencar (Psol-RJ), foi vaiado por deputados bolsonaristas quando se disse "um pouco frustrado" ao ver os demais candidatos ignorarem a tentativa de golpe de 8 de janeiro nos discursos. Parte dos parlamentares de direita reagiu aos gritos de "Lula ladrão" e a esquerda rebateu com o coro de "sem anistia". "Quem váia está defendendo a tentativa de golpe. É triste isso, ter dentro do Parlamento quem trama contra a democracia", disse Alencar.

O deputado do PP ainda atacou, sem citar nominalmente, a Operação Lava-Jato, que o colocou no banco dos réus no passado. Disse que não compactua com mal feitos e que aqueles que cometerem erros devem pagar por eles, mas que houve um processo de "criminalização da política" que abalou as instituições. "Transformaram denúncias, que deveriam ser apuradas sob o manto da lei, em verdadeiras execuções públicas. Empresas foram destruídas, empregos foram ceifados, reputações jogadas na lata do lixo", afirmou.

O apoio obtido por Lira foi recorde desde a redemocratização, em 1985. Os 464 votos superaram os 434 obtidos pelos ex-presidentes Ibsen Pinheiro (MDB-RS) em 1991 e João Paulo Cunha (PT-SP) em 2003. Ao longo da campanha, Lira trabalhou para demover todos os adversários internos. Apenas Alencar, com 21 votos, e Marcel van Hattem (Novo-RS), com 19 votos, resolveram desafiá-lo com discursos antagônicos - o do Novo, contra a aliança do PT, e o do Psol, contra o fortalecimento do Centrão. Cinco deputados votaram em branco. No total, foram registrados 509 votos.

A aliança construída pelo parlamentar dará aos seus aliados praticamente todos os postos de comando da Casa. A Mesa Diretora será composta por seis aliados, eleitos pela sua chapa. O vice-presidente será o deputado Marcos Pereira (SP), presidente do

Republicanos, e o primeiro-secretário será o deputado Luciano Bivar (PE), presidente do União Brasil. A única disputa que ocorreu no plenário foi no PL, pela segunda-vice-presidência, mas o candidato oficial do partido, Sóstenes Cavalcante (RJ), venceu por ampla margem, 385 votos a 94.

O acordo costurado levou até a entendimento entre o PT de Lula e o PL do ex-presidente Jair Bolsonaro. Ambos o apoiaram e aceitaram acordo de revezamento pela principal comissão da Câmara, a de Constituição e Justiça (CCJ), por onde passam todas as propostas de emenda constitucional (PEC) e projetos. Pelo acerto, o deputado Rui Falcão (PT-SP) será o presidente em 2023 e o PL indicará quem comandará o colegiado no próximo ano. União e MDB exercerão a presidência da CCJ em 2025 e 2026

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187449?page=6  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187449?page=6&section=1)**

# Lira e Pacheco reeleitos: qual o impacto para o governo Lula?

Os dois candidatos apoiados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foram reeleitos para o comando da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, mas isso não significará vida tranquila para o governo no Congresso, avaliam parlamentares ouvidos pela BBC News Brasil.

Na Câmara, Arthur Lira (PP-AL) venceu com votação recorde, ao receber o apoio de 464 dos 513 deputados. Já no Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) enfrentou uma eleição mais disputada, mas ainda assim conquistou seu segundo mandato com uma boa margem sobre Rogério Marinho (PL-RN), candidato do campo bolsonarista - o placar ficou em 49 a 32.

No caso de Lira, reeleito tanto com votos da base do governo como da oposição, sua vitória já era dada como certa mesmo antes do apoio de Lula. Na verdade, o presidente decidiu apoiá-lo diante da inevitabilidade da vitória para garantir uma boa relação com o comando da Câmara e evitar dificuldades no andamento de propostas importantes para o governo no Congresso.

Segundo parlamentares ouvidos pela BBC News Brasil, a expectativa é que Lira, que foi forte aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), agora dará andamento às pautas prioritárias novo governo.

O problema principal para o Palácio do Planalto, no entanto, é a quantidade de votos que de fato terá na Casa para aprovar sua agenda.

Embora Lula tenha nomeado ministros de grandes partidos da centro-direita (União Brasil, PSD e MDB) para ampliar sua base, já que a centro-esquerda não tem maioria no Congresso, o governo sabe que não deve ter todos os votos dessas legendas.

Questionado pela BBC News Brasil sobre qual seria o impacto de uma vitória tão expressiva de Lira para a relação da Câmara com o governo, uma liderança do PT na Casa considerou que isso seria menos importante do que ver de fato como os partidos que têm representantes no governo vão se comportar nas primeiras votações.

Provavelmente teremos dificuldades, reconheceu esse deputado petista.

Se isso se confirmar, disse, o presidente terá que renegociar mais à frente a composição da Esplanada dos Ministérios.

No primeiro momento, o Palácio do Planalto ainda está preenchendo cargos de segundo e terceiro escalões, que podem ajudar na tentativa de consolidar a base.

Esse parlamentar acredita que outros partidos grandes da centro-direita, como PP e Republicanos, que foram da base do governo de Jair Bolsonaro e hoje estão na oposição, podem mais à frente aceitar entrar no governo. São siglas do chamado Centrão, que têm tradição de participar de qualquer governo, independentemente da linha ideológica, desde que possam participar da máquina federal.

Daqui a seis meses, passado o desmame (do vínculo com o governo Bolsonaro), talvez vejamos PP e Republicanos na Esplanada, cogita esse deputado do PT.

Para o deputado Mendonça Filho, do União Brasil de Pernambuco, o governo Lula terá uma base frágil.

Seu partido tem três ministros - Daniela do Waguinho (Turismo), Waldez Góes (Integração Nacional) e Juscelino Filho (Comunicações). Mas isso, disse à reportagem, não garantirá apoio relevante dos 59 deputados e 10 senadores da sigla criada em 2021 a partir da fusão do DEM (partido com forte tradição de oposição ao PT) e do PSL (antigo partido de Bolsonaro, desde 2021 no PL).

O União Brasil vai ser majoritariamente contra, calcula Mendonça, que declarou apoio a Bolsonaro no segundo turno da eleição.

Na sua avaliação, o governo terá dificuldades se pautar matérias ideológicas, contra a liberdade de expressão e que aumentem **impostos**.

Uma proposta que tem sido classificada pela oposição como ameaça à liberdade de expressão, por exemplo, foi feita pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, que pretende enviar ao Congresso um projeto de lei para obrigar plataformas digitais a retirar do ar rapidamente conteúdo considerado antidemocrático, dentro de um pacote de medidas em reação ao 8 de janeiro. Na ocasião, apoiadores de

Bolsonaro inconformados com a eleição de Lula invadiram e depredaram as sedes dos três Poderes.

O governo está ciente da dificuldade em matérias mais delicadas e já traçou como prioridade pautas econômicas que, acredita, trarão mais convergência de votos, como a **reforma tributária** e a criação de um novo arcabouço fiscal para substituir o Teto de Gastos (regra que limita o crescimento dos gastos públicos à **inflação** do ano anterior).

A **reforma tributária** é uma agenda complexa que há décadas patina no Congresso, mas nos últimos anos têm crescido o apoio a uma proposta de simplificação liderada pelo economista Bernard Appy, que assumiu o cargo de secretário especial de **reforma tributária** no Ministério da Fazenda.

A **reforma tributária** e o arcabouço fiscal são fundamentais para a gente organizar a economia. Mas elas (essas propostas) na verdade são os meios, não são o fim. O fim vai ser a pauta social sem dúvida nenhuma, afirmou à BBC News Brasil o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

Claro, tem recuperação da rede social de proteção, a questão da volta do emprego, mas isso vai se dar quando você der credibilidade (econômica). E, para dar credibilidade, tem que ter uma **reforma tributária** e um arcabouço fiscal de outra natureza, reforçou.

Wagner estimou que o governo tem cerca de 50 votos no Senado, mas admitiu que isso vai variar de acordo com o projeto em votação.

Ele defendeu que agendas mais polarizadoras, como a chamada pauta de costumes, não sejam o foco do governo.

Se depender da minha opinião, não (vai), disse a jornalistas.

Em seu discurso de posse, Pacheco prometeu postura colaborativa na agenda econômica do governo.

Seremos colaborativos com o Poder Executivo para viabilizar medidas econômicas que permitam a volta do crescimento e o desenvolvimento da infraestrutura nacional. Queremos estabelecer pontes e ajudar a construir soluções. Não esperem de nós menos do que isso, prometeu.

Lira também destacou as reformas econômicas em seu pronunciamento após a vitória, enfatizando a tributária.

Esta Câmara dos Deputados tem um enorme desafio pela frente: rever nosso complexo e por vezes injusto

modelo tributário. Não tenho dúvidas que vamos divergir, mas vamos também encontrar pontos em comum e entregar para os brasileiros providências essenciais para o desenvolvimento econômico e social.

Outro ponto em comum nos dois discursos foi a condenação aos atos de 8 de janeiro.

Esta Casa não acolherá, defenderá ou referendará nenhum ato, discurso ou manifestação que atente contra a democracia. Quem assim atuar, terá a repulsa deste Parlamento, a rejeição do povo brasileiro e os rigores da lei. Para aqueles que depredaram, vandalizaram e envergonharam o povo brasileiro, haverá o rigor da lei, disse Lira.

#### Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Lira e Pacheco reeleitos: qual o impacto para o governo Lula?

PORTAL UOL

Lira e Pacheco reeleitos: qual o impacto para o governo Lula?

#### Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/02/5070789-lira-e-pacheco-reeleitos-qual-o-impacto-para-o-governo-lula.html>

# "Comunicado deve mudar projeções para Selic"

**Gabriel Roca De São Paulo**

O **comunicado** do Banco Central (BC) foi duro e tem o seu destaque no parágrafo em que os membros do Copom fazem menção ao ambiente fiscal incerto e chamam a atenção para a deterioração das expectativas de **inflação** em prazos mais longos. Na avaliação de Marcelo Kfoury, professor da FGV-EESP e ex-chefe do Departamento de Pesquisa Econômica do Banco Central, o trecho pode ser considerado o "whatever it takes" ("custe o que custar", em tradução livre) da autoridade monetária - frase cunhada pelo ex-presidente do Banco Central Europeu (BCE), Mario Draghi, em meio à crise do euro em 2012. E sinaliza que o colegiado está disposto a cumprir com a ancoragem da **inflação** para as metas.

"A impressão geral é que foi "hawkish" [duro]. A dúvida que a gente tinha é se o Banco Central iria aumentar o tom no sentido de poder retomar as altas de juros no curto prazo. Ele preferiu, no entanto, sinalizar que prefere estender o período em que a Selic deve ficar elevada", diz Kfoury.

O economista conta que, no período em que trabalhou no Banco Central, era praxe a elaboração de um cenário alternativo em que a taxa Selic permanecia parada durante todo o horizonte relevante de política monetária. "O Copom vinha, até aqui, apenas mostrando o cenário baseado na trajetória da Selic extraída do Focus no **comunicado**. Para tentar indicar que precisa ficar parado por mais tempo, o Copom acabou adicionando esse cenário alternativo", explica.

O economista, inclusive, acredita que a sinalização emitida por meio do cenário alternativo pode fazer com que haja uma onda de revisões de alta para a Selic no Focus. "Havia cortes e esse **comunicado** deve mudar as projeções para o final do ano", aponta.

No entanto, para além da indicação de que os juros no país podem permanecer elevados por mais tempo, a inserção do cenário alternativo cumpre outra função, na opinião de Kfoury.

"Imagine um cenário em que a Selic não tivesse subido de 2% para 13,75% e estivéssemos em "velocidade de cruzeiro". Se o Copom tem a projeção de **inflação** para o ano corrente tão acima da meta, como está atualmente, precisaria subir os juros. Aí há

uma opção por colocar o cenário alternativo. Já cedo no ano, ele joga a toalha para a meta de 2023, indicando que ainda há esperança para 2024", explica.

Outro detalhe relevante do **comunicado** foi a elevação nas projeções de **inflação** do Banco Central, o que Kfoury atribui à **deterioração** nas expectativas de **inflação** do mercado e à revisão na projeção de preços administrados, influenciadas pela provável retomada nos **tributos** federais e estaduais de combustíveis.

No entanto, o economista vê um cenário mais benigno para a **inflação** corrente no curto prazo, diante da melhora do ambiente inflacionário internacional e da desaceleração da economia brasileira. Isso, por sua vez, pode acabar facilitando o trabalho de reancoragem das expectativas, aponta o economista.

"Também é importante resaltar o cenário da política monetária americana. Parece que estamos caminhando para um pouso suave, ou seja, uma desinflação com pouca desaceleração da economia. Assim, o Fed deve realizar mais uma ou no máximo duas altas de 0,25 ponto percentual, o que é um cenário bem melhor do que aquele que esperava antes. É possível dizer que o Lula pode receber uma surpresa positiva do exterior. Uma brisa a favor", diz Kfoury.

Segundo suas projeções, o ciclo de flexibilização monetária pode começar entre o terceiro e o quarto trimestre de 2023. "Por um exercício de regra de Taylor, a Selic chegaria a 12,75% no fim deste ano e a 10,5% no fim do ano que vem", projeta.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187449>

# BC sobe tom e alerta para piora nas expectativas de inflação

**Nathalia Garcia**

Brasília O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central manteve, nesta quarta-feira (1º), a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano pela quarta reunião consecutiva - a primeira desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tomou posse.

No **comunicado**, o colegiado do BC subiu o tom e fez alertas sobre as incertezas fiscais e a piora nas expectativas de **inflação**, que estão se distanciando da meta em prazos mais longos. A autarquia ainda sinalizou que deve deixar os juros no patamar atual por mais tempo -hoje o mercado prevê o início do afrouxamento monetário em setembro.

"O comitê reforça que irá perseverar até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas, que têm mostrado deterioração em prazos mais longos desde a última reunião", afirmou.

A decisão veio em linha com a projeção consensual do mercado financeiro. Levantamento feito pela Bloomberg mostrou que essa era a expectativa unânime entre os analistas.

Apesar da manutenção da Selic, o anúncio ocorre em meio a um ambiente de juros altos, incertezas relacionadas à questão fiscal e ruídos gerados por falas de Lula e do primeiro escalão do governo - incomodados com o patamar elevado da taxa e seus efeitos negativos sobre a atividade econômica. Juros básicos altos deixam o crédito mais caro e inibem o consumo da população.

Para Alexandre Schwartzman, ex-diretor do BC, a autoridade monetária "saiu do corner batendo", em analogia a uma luta de boxe. Segundo ele, o recado do comitê para o governo é claro: "Do jeito que as coisas estão, não consigo cortar juros. Pelo menos não neste ano", afirma.

O economista ressalta ainda um segundo ponto de alerta destacado pelo BC ao associar a questão fiscal às dificuldades de controlar a **inflação**.

Rafaela Vitória, economista-chefe do banco In ter, também destaca o tom mais duro do Copom em seu **comunicado** e a preocupação do BC com a piora nas

expectativas, trazendo um custo maior para o processo de desinflação.

Para ela, o colegiado dá um recado indireto para o governo do impacto da redução da credibilidade na combinação das políticas fiscal e monetária sobre os juros. "Ele coloca um cenário alternativo para mostrar esse ponto", diz.

"O estrago não foi feito ainda, vai ser feito se a gente seguir nesse caminho. Muita coisa pode mudar, é um recado importante para o governo de que políticas [fiscal e monetária] andem juntas para que se possa ter uma queda de juros mais rápida", afirma.

Luiz Felipe Bazzo, CEO do transferbank, também considera que o ciclo de corte de juros poderia ser antecipado "com a **inflação** brasileira ainda em leve queda, se não fossem os riscos atrelados à política e à sustentabilidade fiscal".

As incertezas no âmbito fiscal decorrem da possibilidade de reoneração de **tributos** federais sobre combustíveis a partir de março e do desenho da nova regra que substituirá o teto de gastos - mecanismo que limita o crescimento das despesas públicas à **inflação** registrada no ano anterior.

A aprovação da PEC (proposta de emenda à Constituição) que autorizou a ampliação de despesas neste ano também é apontada pelo mercado como uma sinalização de que o governo pode estar predisposto a uma política fiscal mais expansionista (mais gastos públicos, que pressionam a **inflação** e ameaçam o equilíbrio das contas do governo).

As críticas de Lula sobre a meta de **inflação**, mais baixa que em suas gestões anteriores, também entram na conta.

Diante do temor crescente, as expectativas de **inflação** tanto para este ano quanto para os próximos pioraram desde a reunião anterior, em dezembro de 2022.

No cenário de referência do Copom, que parte da premissa do boletim Focus de corte de juros no segundo semestre, terminando 2023 com a Selic em 12,5%, as projeções de **inflação** subiram de 5% para 5,6% para este ano. Para 2024, o colegiado elevou a

previsão de 3% para 3,4%. No horizonte móvel, vê a projeção de **inflação** acumulada em 12 meses no terceiro trimestre de 2024 em 3,6%.

O BC incluiu ainda um cenário alternativo, no qual a Selic é mantida constante ao longo de todo o seu período de atuação, que inclui hoje os anos de 2023 e, em grau maior, de 2024, com projeções de **inflação** de 5,5% para este ano, 3,1% para o terceiro trimestre de 2024 e 2,8% para o fim do ano que vem.

A autoridade monetária disse que seguirá "vigilante" e avaliará se a estratégia de manutenção da taxa básica de juros por período "mais prolongado" do que no cenário de referência será capaz de assegurar a convergência da **inflação**.

"O comitê enfatiza que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado", afirmou.

Andréa Damico, sócia e economista-chefe da Armor Capital, considera que diversos trechos do **comunicado** são mais "pesados". "Antes ele falava em período suficientemente prolongado e agora fala em período mais prolongado, o BC não ficou "imune" à alta de expectativas, ele reagiu e colocou um tom mais duro." A **inflação** projetada pelo mercado para 2023 no boletim Focus de segunda (30) é de 5,74%, quase um ponto percentual acima do teto do objetivo a ser perseguido pelo BC (4,75%). Isso representaria um estouro da meta pelo terceiro ano consecutivo.

Para 2024, período de maior relevância para a atuação do BC hoje, a expectativa para o IPCA subiu de 3,5% para 3,9% - já acima do alvo central (3%).

O colegiado volta a se reunir em 21 e 22 de março para recalibrar o patamar da Selic.

O ciclo de alta de juros foi interrompido em setembro de 2022 pelo Copom depois do mais agressivo choque desde a adoção do sistema de metas para **inflação**, em 1999.

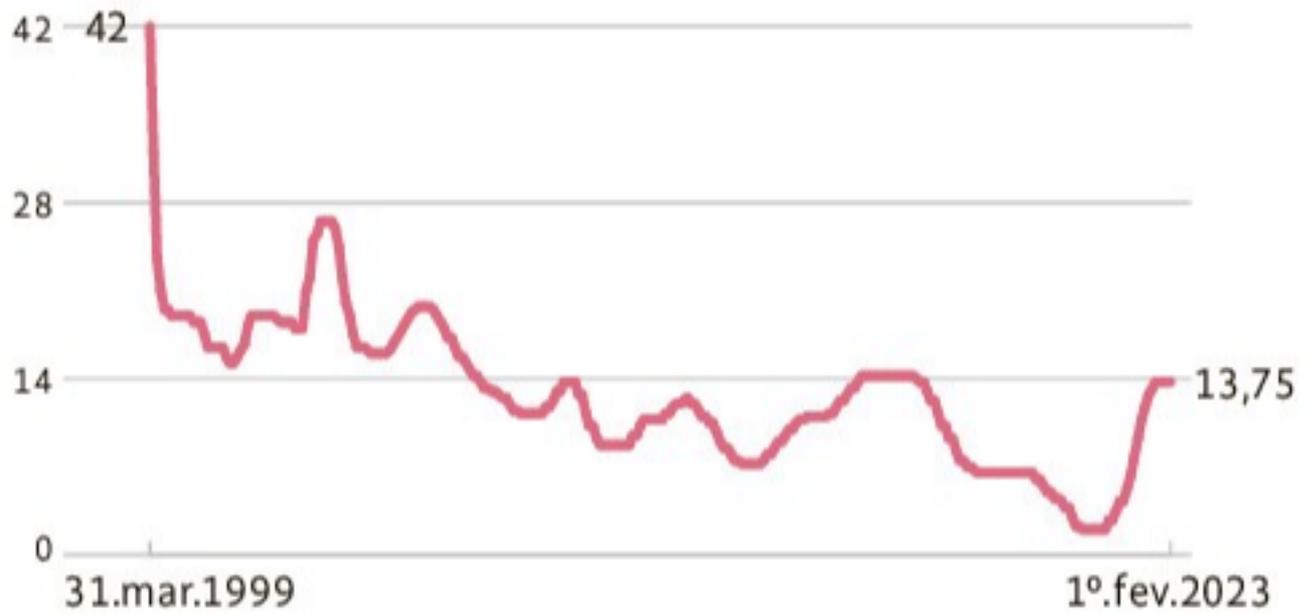
Foram 12 aumentos consecutivos, com elevação de 11,75 pontos percentuais, de março de 2021, quando a taxa básica saiu de seu piso histórico (2%), a agosto do ano passado.

**Site:**

**[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50175&maxTouch=10&\\_ga=2.228759388.1957298370.1675151526-1178689839.1662718364&\\_mather=b4a21b401548f0b4](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50175&maxTouch=10&_ga=2.228759388.1957298370.1675151526-1178689839.1662718364&_mather=b4a21b401548f0b4)**

## Taxa básica de juros

Em % ao ano



Fontes: Bloomberg e Banco Central

## A Europa no limite



Professores marcham no centro de Londres em dia de paralisação geral no Reino Unido: mais de 500 mil pessoas nas ruas



Homem segura uma bomba de fumaça em ato contra mudanças na aposentadoria propostas pelo governo francês

**VICENTE NUNES** *Correspondente*

Lisboa - A Europa enfrenta, hoje, a mais grave crise em pelo menos uma década. Atropelada pela **inflação**, que, na média, começou 2023 próxima de 9% ao ano, a população dos principais países da região está saindo às ruas, cobrando melhores condições de vida e pressionando os governos a agirem. As limitações para atender os pleitos, no entanto, são muitas. A maior parte das administrações está de mãos atadas, sem capacidade para ampliar gastos, seja para socorrer os mais carentes, seja para reajustar os salários de **servidores públicos**. A previsão de especialistas é de que as tensões sociais tenderão a crescer, abrindo espaço para o populismo, em especial, o da extrema-direita, que carrega junto o fascismo e a xenofobia.

"O momento é extremamente grave na Europa. Os Estados estão no limite. As despesas cresceram

demais nos últimos anos, devido ao envelhecimento da população, e não há margem para aumento de **impostos**. O que estamos vendo nas ruas é o cidadão cobrando um bem-estar que os países europeus já não podem mais dar", disse Miguel Relvas, ex-ministro de Assuntos Parlamentares de Portugal. No entender dele, há uma conjugação de fatores que empurram a Europa para o quadro de dificuldade em que se encontra. Além da **inflação**, há uma enorme demanda sobre os sistemas de saúde e de Previdência, não houve os necessários investimentos na modernização da máquina pública e, em consequência da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, os países tiveram de ampliar em muitas vezes os gastos militares.

No Reino Unido, que optou por deixar a União Europeia, a situação é alarmante: pelo menos um terço da população está em vulnerabilidade, devido à disparada do custo de vida, sobretudo, da energia elétrica. Não por acaso, ontem, mais de 500 mil cidadãos foram às ruas cobrar medidas urgentes para minimizar os efeitos da carestia.

Trabalhadores do sistema de transporte urbano - trens e metrô - cruzaram os braços. A paralisação se somou aos movimentos grevistas de professores e de vários servidores. A previsão é de que os enfermeiros engrossem esse caldo numa manifestação marcada para a próxima semana. Pelos cálculos dos sindicalistas, esse é o maior movimento desde 2011, quando mais de 1 milhão de funcionários públicos pararam contra mudanças nos sistemas de aposentadorias.

Segundo a secretária-geral do Sindicato Nacional de Educação do Reino Unido, Mary Bousted, os professores estão dispostos a levar adiante suas cobranças - as projeções indicam que pelo menos 85% das escolas foram atingidas pelas paralisações. A razão para a resistência, disse ela, é clara: "Houve, nos últimos 12 anos, um declínio catastrófico dos nossos salários". A consequência, destacou, é uma fuga em massa de profissionais do setor de educação, colocando em risco a formação de milhares de estudantes. O governo britânico, porém, reluta em atender os pleitos de professores e outros servidores. No máximo, oferece reajuste linear de 5%, o que, na avaliação dos trabalhadores, é muito pouco ante a **inflação** na casa de 10%.

Tempo roubado

Na França, o nível de tensão se elevou diante da

proposta do governo de Emmanuel Macron de aumentar, de 62 para 64 anos a partir de 2030, a idade para aposentadoria. Na última terça-feira, mais de 1 milhão de pessoas tomaram as ruas das principais cidades do país. Em 19 de janeiro, os manifestantes já haviam evidenciado a insatisfação com o projeto do governo, também por meio de um protesto gigante. As manifestações são coordenadas por um grupo de sindicatos, que prometem ampliar a gritaria. "As mobilizações vão aumentar", assinalou o sindicalista François Hommerel. Também representante de trabalhadores, Philippe Martinez afirmou que a reforma "canaliza toda a insatisfação na França".

A reforma da Previdência é um compromisso de campanha assumido por Macron, sob o argumento de que a França tem uma das menores idades para a aposentadoria, onerando demasiadamente o Estado - na Alemanha, o benefício só é concedido aos 65 anos; na Dinamarca, chega a 67. Aliados do presidente francês admitem, contudo, que não será tarefa fácil levar a proposta adiante devido às enormes manifestações populares.

"O que se vê na França se repete em vários países europeus, onde a longevidade aumentou muito", ressaltou Miguel Relvas. Ele lembrou que nem mesmo o elevado nível de imigração na região, que reduziu o custo do trabalho e garantiu mais recursos para os sistemas previdenciários, está sendo suficiente para mitigar os problemas orçamentários enfrentados pelos governos.

Em Portugal, neste momento, a maior pressão sobre o Estado parte dos professores. Desde 16 de janeiro, eles vêm cruzando os braços diariamente cobrando concursos públicos, reajustes salariais e recomposição de tempo de serviço para promoções, que foi congelado por diversos planos econômicos. Nas contas da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), ainda faltam seis anos, seis meses e 23 dias para serem repostos. "Esse tempo nos foi roubado pelo governo, pois foram trabalhados", afirmou o secretário-geral da entidade, Mário Nogueira. Ele garantiu que, no próximo dia 11, a terra de Cabral verá a maior manifestação da história dos docentes. Pelo menos 100 mil deverão sair às ruas de Lisboa.

"A percepção é de que os professores não existem para o governo. Não estamos exigindo nada além do que manda a lei. Nossa carreira prevê 34 anos de serviços para chegar ao topo, é a mais longa da União Europeia. Relatório do Conselho Nacional de Educação do ano passado mostra que, aqueles que lá chegaram, tinham 39 anos de serviço", assinalou Nogueira.

Segundo ele, diante desse contexto, 73% nunca chegarão ao topo da carreira. "Isso tem consequências imediatas, as pessoas ganham menos do que deveriam. As distorções são muitas", destacou. No caso dos concursos, o Ministério da Educação anuncia vagas para preenchimento em áreas distantes até 200 quilômetros das moradias dos professores, sem lhes dar qualquer tipo de assistência. Com isso, muitos desistem de lecionar.

"O resultado é que milhares de estudantes estão ficando sem aulas por um longo período", frisou o representante da Fenprof. "No ano passado, as disciplinas de física e química perderam 400 profissionais, que se aposentaram, e entraram apenas dois para substituí-los". Ele chamou a atenção ainda para os salários, que, líquidos, variam entre 1.050 (R\$ 5.775) e 1.900 (R\$ 10.450) euros por mês, insuficientes para a sobrevivência de várias famílias, que sofrem com a disparada da **inflação**. Em março, a pressão sobre o governo será engrossada pelos médicos, que marcaram greve nos dias 8 e 9. A alegação para a paralisação é o descompromisso do Ministério da Saúde com os pleitos salariais da categoria.

#### Risco do populismo

Tanta insatisfação só alimenta o populismo hoje abraçado pela extrema-direita, destaca a economista Sandra Utsumi, diretora-executiva do Haitong Bank. Em Portugal, esse espectro político é representado pelo Chega, que viu sua bancada na Assembleia da República passar de um para 12 deputados, tornando-se a terceira maior. A legenda, inclusive, já se coloca como alternativa para alianças em um futuro governo, apostando na derrocada da gestão de António Costa, que mantém maioria absoluta no Parlamento, mas vê seu ministério se desfazer mês a mês e sua popularidade ruir. Na Espanha, o Vox também se tornou a terceira força política do Congresso. Há muitas chances de a França ver a ultradireita chegar ao poder, caso os partidos mais moderados não consigam construir candidaturas viáveis.

Presidente do Fórum de Integração Brasil-Europa (Fibe), o professor Vitalino Canas acredita que os governos têm musculatura suficiente para conter movimentos populistas, mas, muitas vezes, tenderão a ser menos tolerantes com ameaças à democracia. O manejo sem traumas de toda a insatisfação passa, no entanto, pelo controle da **inflação**, que afeta, principalmente, os mais pobres, mais vulneráveis aos discursos extremistas.

Para o economista José Roberto Afonso, pesquisador da Universidade de Lisboa, os europeus têm

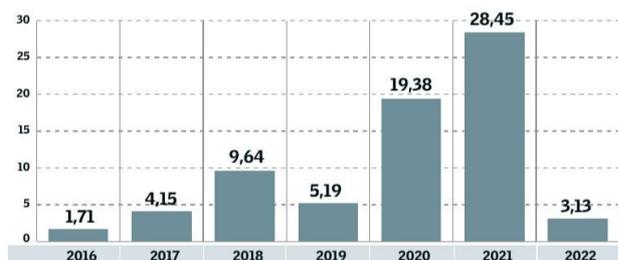
dificuldades para enfrentar os desafios que se colocaram no horizonte, pois muitos desconhecem o que é inflação. Ele afirmou, porém, não ver muito espaço para a propagação do populismo na região. "O populismo oferece soluções fáceis, estimula o ódio, mas não acho que há uma onda radical de direita como alguns esperam", complementou.

Apesar dos graves problemas atuais, Miguel Relvas disse que a Europa ainda é a melhor região do mundo para se viver, mais equilibrada, mais justa, ainda com boas oportunidades. "Os governos, contudo, terão de enfrentar desafios enormes para garantir a manutenção do mínimo de bem-estar social, promovendo reformas profundas", concluiu.

# Inflação da indústria fecha o ano em 3,13% e é a menor desde 2016

## Inflação na indústria desacelera

Preços "porta de fábrica" \* têm menor resultado desde 2016 - em %



Fonte: IBGE

**Alessandra Saraiv**

A **inflação** "porta de fábrica", sem **impostos** e fretes, apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu Índice de Preços ao Produtor (IPP) registrou, em 2022, a menor taxa anual em sete anos. Nesta quarta, 1º, o instituto anunciou queda de 1,29% no IPP de dezembro, mais forte do que a de novembro (-0,52%) e que ajudou o índice a fechar o ano passado com alta de apenas 3,13%.

Além de muito inferior à de 2021 (28,45%), foi a menor taxa desde 2016 (1,71%). O menor ritmo de crescimento global no ano passado, bem como o câmbio no segundo semestre de 2022, contribuiu para o resultado, de acordo com Felipe Câmara, pesquisador do IBGE. Isso porque os dois aspectos ajudam a diminuir preço de insumos industriais, no Brasil.

O menor ritmo de **inflação** na indústria foi apurado pelo IBGE em diferentes aspectos do indicador. Em dezembro do ano passado, 15 das 24 atividades acompanhadas pelo IPP tiveram queda de preços - em dezembro de 2021, foram 17 com variação positiva.

Houve também recuos nos dois componentes do IPP. Os preços na indústria de transformação caíram 1% em dezembro e os da indústria extrativa recuaram 7,2% no mês. Com isso, os preços da indústria da transformação encerraram 2022 com alta de 3,70%, e os da indústria extrativa, em deflação de 7,9%. Em 2021, as taxas de **inflação** anuais foram mais fortes, respectivamente de 29,2% e de 13,8%.

O IPP também mostrou recuos de preços na maioria das categorias de uso industriais, em dezembro. Houve quedas em bens intermediários (2,08%), bens

de consumo duráveis (-0,16%) e bens de consumo semiduráveis e não duráveis (-0,48%).

Somente bens de capital apresentou alta, de 0,85%. Esse setor acabou mostrando, no ano, a mais forte **inflação** entre as grandes categorias, com aumento anual de 11,92%. O IBGE, em 2022, apurou altas de 0,90% em preços de bens de intermediários; de 6,95% em bens de consumo duráveis; e de 4,84% em bens de consumo semiduráveis e não duráveis.

O setor de refino de petróleo e biocombustíveis foi a principal influência tanto para resultado mensal quanto para taxa anual do IPP. Em dezembro, esses preços caíram 5,46%, e finalizaram o ano com alta de 11,06% - 58,62 pontos percentuais (p.p.) inferior a de 2021. Os produtos dessa área tiveram impacto, respectivamente, de -0,68 p.p. na taxa mensal do indicador; e de 1,23 p.p. na taxa anual.

O pesquisador explicou que setores relacionados a commodities, como de refino - que leva em conta cotação do petróleo - nortearam trajetória do IPP. "Em escala global tivemos expectativa de crescimento mais lento [da economia em 2022]. Percebemos, no ano passado, política de arrocho monetário em vários países. As commodities reagiram em queda."

Outro exemplo de recuo expressivo, de setor relacionado a commodity (nesse caso, o minério de ferro), foi o dos preços de metalurgia, que caíram 1,30% em dezembro, fechando o ano passado com alta de 12%. As duas taxas, a mensal e a anual, foram as menores da série histórica do setor, no IPP.

A cotação do dólar também diminuiu. Isso também ajuda a reduzir preços de insumos importados, usados na indústria.

Ao ser questionado se, com **inflação** menor em custos industriais, os preços dos produtos finais também poderiam diminuir de ritmo, o técnico foi cauteloso. Ele lembrou que, "no Brasil e em qualquer outro lugar", a formação de preço de produto é algo complexo. Desde a prateleira até o consumidor no varejo, notou, passa por gerenciamento de estoque de imagem, de "trader" até vendedor final. A dúvida é como essas forças vão se organizar para provocar repasse ou não de variação negativa, no preço do produto final que é comprado pelos brasileiros, disse.

# Inflação da indústria fecha o ano em 3,13% e é a menor desde 2016

Alessandra Saraiva  
 Do Rio

A inflação “porta de fábrica”, sem impostos e fretes, apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu Índice de Preços ao Produtor (IPP) registrou, em 2022, a menor taxa anual em sete anos. Nesta quarta, 1<sup>o</sup>, o instituto anunciou queda de 1,29% no IPP de dezembro, mais forte do que a de novembro (-0,52%) e que ajudou o índice a fechar o ano passado com alta de apenas 3,13%.

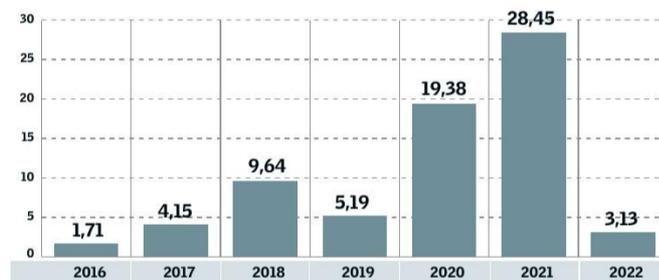
Além de muito inferior à de 2021 (28,45%), foi a menor taxa desde 2016 (1,71%). O menor ritmo de crescimento global no ano passado, bem como o câmbio no segundo semestre de 2022, contribuiu para o resultado, de acordo com Felipe Câmara, pesquisador do IBGE. Isso porque os dois aspectos ajudam a diminuir preço de insumos industriais, no Brasil.

O menor ritmo de inflação na indústria foi apurado pelo IBGE em diferentes aspectos do indicador. Em dezembro do ano passado, 15 das 24 atividades acompanhadas pelo IPP tiveram queda de preços — em dezembro de 2021, foram 17 com variação positiva.

Houve também recuos nos dois componentes do IPP. Os preços na indústria de transformação caíram 1% em dezembro e os da in-

## Inflação na indústria desacelera

Preços “porta de fábrica” \* têm menor resultado desde 2016 - em %



Fonte: IBGE

dústria extrativa recuaram 7,2% no mês. Com isso, os preços da indústria da transformação encerraram 2022 com alta de 3,70%, e os da indústria extrativa, em deflação de 7,9%. Em 2021, as taxas de inflação anuais foram mais fortes, respectivamente de 29,2% e de 13,8%.

O IPP também mostrou recuos de preços na maioria das categorias de uso industriais, em dezembro. Houve quedas em bens intermediários (2,08%), bens de consumo duráveis (-0,16%) e bens de consumo semiduráveis e não duráveis (-0,48%).

Somente bens de capital apresentaram alta, de 0,85%. Esse setor acabou mostrando, no ano, a mais forte inflação entre as grandes categorias, com aumento anual de

11,92%. O IBGE, em 2022, apurou altas de 0,90% em preços de bens de intermediários; de 6,95% em bens de consumo duráveis; e de 4,84% em bens de consumo semiduráveis e não duráveis.

O setor de refino de petróleo e biocombustíveis foi a principal influência tanto para resultado mensal quanto para taxa anual do IPP. Em dezembro, esses preços caíram 5,46%, e finalizaram o ano com alta de 11,06% — 58,62 pontos percentuais (p.p.) inferior a de 2021. Os produtos dessa área tiveram impacto, respectivamente, de -0,68 p.p. na taxa mensal do indicador; e de 1,23 p.p. na taxa anual.

O pesquisador explicou que setores relacionados a commodities, como de refino — que leva em con-

ta cotação do petróleo — nortearam trajetória do IPP. “Em escala global tivemos expectativa de crescimento mais lento [da economia em 2022]. Percebemos, no ano passado, política de arrocho monetário em vários países. As commodities reagiram em queda.”

Outro exemplo de recuo expressivo, de setor relacionado a commodity (nesse caso, o minério de ferro), foi o dos preços de metalurgia, que caíram 1,30% em dezembro, fechando o ano passado com alta de 12%. As duas taxas, a mensal e a anual, foram as menores da série histórica do setor, no IPP.

A cotação do dólar também diminuiu. Isso também ajuda a reduzir preços de insumos importados, usados na indústria.

Ao ser questionado se, com inflação menor em custos industriais, os preços dos produtos finais também poderiam diminuir de ritmo, o técnico foi cauteloso. Ele lembrou que, “no Brasil e em qualquer outro lugar”, a formação de preço de produto é algo complexo. Desde a prateleira até o consumidor no varejo, notou, passa por gerenciamento de estoque de imagem, de “trader” até vendedor final. A dúvida é como essas forças vão se organizar para provocar repasse ou não de variação negativa, no preço do produto final que é comprado pelos brasileiros, disse.